AGROGES.ACONTECE

REVISTA AGRO.GES . NÚMERO 12 . OUTUBRO **2020**

P. 03
A ÁGUA É UM FATOR DE IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

P. 07
AGROIN 2020 PEGADA DE CARBONO

P. 19
A SUSTENTABILIDADE COMO ARMA DE ARREMESSO

P. 22
REFORÇOS DE INVERNO NA EQUIPA AGROGES

P. 25
A TERRA E OS HOMENS
SETOR AGRÍCOLA

ÍNDICE

03
A ÁGUA É UM FATOR DE IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

07
AGROIN 2020 PEGADA DE CARBONO

19
A SUSTENTABILIDADE COMO ARMA DE ARREMESSO

22
REFORÇOS DE INVERNO NA EQUIPA AGROGES

25
A TERRA E OS HOMENS

A ÁGUA É UM FATOR DE IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DA AGRICULTURA EM PORTUGAL

PREVÊ-SE QUE OS IMPACTOS EM CONSEQUÊNCIA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, IRÃO POTENCIAR AINDA MAIS A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS RECURSOS HÍDRICOS.

Francisco Avillez
PROFESSOR CATEDRÁTICO EMÉRITO
COORDENADOR CIENTÍFICO DA AGRO.GES
favillez@agroges.pt

Concordo inteiramente com as recentes afirmações da Sra. Ministra da Agricultura sobre a prioridade a atribuir ao regadio, no contexto de um desenvolvimento sustentável para a agricultura portuguesa.

Trata-se, em minha opinião, de uma tomada de posição muito oportuna e corajosa num contexto em que muitos se esforçam por negar esta evidência, com base em afirmações com uma fundamentação quase sempre mais ideológica do que técnico-científica.

Para a agricultura e um mundo rural com as características edafoclimáticas e socioeconómicas que estes apresentam em Portugal, a disponibilidade de água em quantidade e com a qualidade adequadas, assume uma importância estratégica decisiva.

Em primeiro lugar, porque os sistemas de produção agrícola nacionais, com condições para virem a ser economicamente competitivas no futuro de forma sustentável, necessitam de poder vir a dispor, pelo menos parcialmente, de água para regar as respetivas áreas cultivadas.

Em segundo lugar, porque no contexto das alterações climáticas previstas para Portugal nas próximas décadas, mesmo os sistemas de ocupação de uso dos solos de sequeiro orientados predominantemente para objetivos de natureza ambiental e social, terão quase sempre que contar com áreas complementares de regadio que contribuam para a sua viabilidade futura.

Em terceiro lugar, porque a agricultura de regadio constitui, para a generalidade dos territórios rurais em Portugal, um fator determinante para o reforço e diversificação do seu tecido económico e social, condição indispensável para a tão desejada coesão económica e social.

Importa sublinhar que as relações entre a água e a produção agrícola em Portugal, não se reduzem à problemática da disponibilidade de água para rega e à maior ou menor eficiência com que ela é utilizada. De facto, a problemática do uso da água pela agricultura está também estreitamente relacionada com a da gestão e conservação mais ou menos sustentável do solo que, influenciando o teor de matéria orgânica e estrutural, contribui para uma maior ou menor capacidade de retenção de água e para a sua drenagem.

Apesar de reconhecer a enorme importância deste segundo tipo de relações entre a água e a produção para o futuro da agricultura portuguesa, vou-me debruçar, neste meu artigo, apenas sobre a disponibilidade e água para rega.

Se a disponibilidade de água assume atualmente uma importância decisiva para a agricultura portuguesa, os impactos previstos em consequência das alterações climáticas irão potenciar ainda mais a importância estratégica dos recursos hídricos.

Ao contribuir para o aumento da temperatura média da atmosfera, ao modificar o regime pluviométrico e ao alterar a intensidade e frequência dos fenómenos climáticos extremos, as alterações climáticas vão provocar:

- variações no volume e na distribuição das disponibilidades de águas superficiais e

- subterrâneas e, consequentemente, uma redução da oferta de água para uso dos sistemas de produção agrícolas e florestais;
- alterações na qualidade da água disponível decorrentes do aumento das temperaturas;
- variações nos volumes de água utilizados pelas plantas decorrentes da redução do teor de água nos solos e dos aumentos da evapotranspiração vegetal, o que irá conduzir a um acréscimo da procura de água por parte dos sistemas de produção agrícola e florestais.

A maior ou menor vulnerabilidade dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas, em Portugal, às alterações climáticas dependem, no essencial:

- da sua localização geográfica;
- do tipo de culturas que os integram;
- do respetivo regime hídrico.

As regiões do Norte e Cento Litoral apresentam um grau de vulnerabilidade mínimo, as regiões do Norte e Centro Interior um grau de vulnerabilidade intermédio, e as regiões do Sul de Portugal Continental um grau de vulnerabilidade máximo.

No que diz respeito à sua capacidade de adaptação face aos efeitos das alterações climáticas previstas, as culturas temporárias apresentam uma capacidade de adaptação relativamente elevada, face às pastagens e às culturas permanentes, cujas capacidades de adaptação podem ser classificadas, respetivamente, como média e reduzida.

O facto de as culturas serem de sequeiro ou de regadio condiciona também, quer a sua maior ou menor vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas, quer o tipo de medidas de adaptação a utilizar.

São os seguintes os principais impactos que se prevê virem a resultar das alterações climáticas sobre as culturas temporárias:

- perdas de produtividade que decorrem, principalmente, da redução do período de enchimento do grão e que resultam dos efeitos negativos do aumento das temperaturas,

- só parcialmente compensados pelos efeitos positivos do aumento da concentração de CO_2 na atmosfera;
- aumento das necessidades de água de rega decorrentes da redução da precipitação no período do Verão, associado com uma menor disponibilidade anual da água para rega e uma deterioração crescente da sua qualidade.

No que diz respeito às culturas permanentes, prevêem-se:

- alterações na duração das fases do ciclo de vida biológico da cultura;
- maturações mais rápidas e precoces com a consequente antecipação das colheitas;
- alteração nos níveis de incidências do tipo de pragas e doenças;
- maior stress hídrico com a consequente diminuição da produtividade;
- maior frequência na ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos (escaldão, granizo, ...), com consequências sobre o comportamento das culturas ao longo do seu ciclo vegetativo.

Em relação aos prados permanentes, são previsíveis as seguintes consequências:

- redução da produção de biomassa anual resultante de um aumento da duração e intensidade das secas, o que irá contribuir para um aumento da vulnerabilidade dos sistemas de produção animal;
- decréscimo na diversidade das espécies no âmbito das pastagens mediterrânicas, resultante da alteração na respetiva composição florística decorrente de mudanças no seu padrão de regeneração natural, devido ao aumento da concentração de CO_2 na atmosfera.

Uma resposta coerente e consistente a estes diferentes tipos de impactos vai implicar a adoção de um conjunto de medidas de adaptação orientadas para:

- o aumento da capacidade de retenção da água pelos solos agrícolas;
- a redução do escoamento superficial da água das chuvas durante o inverno;
- o aumento da eficiência na utilização da água de rega;
- o aumento da disponibilidade de água para rega nas regiões do País que irão ser mais afetadas pelos efeitos das alterações climáticas.

No que diz respeito aos outros tipos de medidas de adaptação previamente identificadas, importa realçar que elas estão diretamente relacionadas com outras vertentes das relações da água com a agricultura, ou seja, a da criação das condições indispensáveis a um aumento da capacidade de retenção da água pelos solos agrícolas, a qual irá implicar medidas específicas de apoio no contexto da PAC pós 2020.

Importa sublinhar que, no essencial, estes diferentes tipos de medidas de adaptação às alterações climáticas são, simultaneamente, medidas de mitigação dos impactos previstos, os quais irão corresponder a um conjunto de tecnologias e práticas agronómicas orientadas para uma gestão criteriosa dos diferentes tipos de "*inputs*" utilizados nos diferentes processos produtivos, com especial relevo para aqueles responsáveis por uma mais elevada contribuição para as emissões de GEE, nomeadamente os fertilizantes sintéticos, os combustíveis e a energia elétrica.

Tomando apenas como exemplo a expansão das áreas de regadio e a melhoria na eficiência da sua utilização, está previsto um conjunto de futuros investimentos, já programados ou em fase de estudos ou de identificação, que irão constituir certamente um acréscimo significativo da capacidade de resposta da agricultura de regadio aos impactos negativos esperados do processo de alterações climáticas, com que iremos ser confrontados nas próximas décadas.

Destes, importa destacar o Programa Nacional de Regadios 2017-2022, o Projeto Tejo e a possível construção de barragens que possibilitem vir a regar, no futuro, áreas significativas da região do Alentejo Norte.

AGROIN 2020
PEGADA DE CARBONO

UMA MÉTRICA DE COMPETITIVIDADE?

Maria João Gaspar
CONSULTORA INDEPENDENTE
INTEGRADA NAS EQUIPAS AGROGES

A AGROGES tem o gosto de partilhar com todos os clientes e parceiros a apresentação da Maria João Gaspar na edição do AgroIn deste ano (1/10/2020), intitulada "Pegada de Carbono - uma métrica de competitividade?".

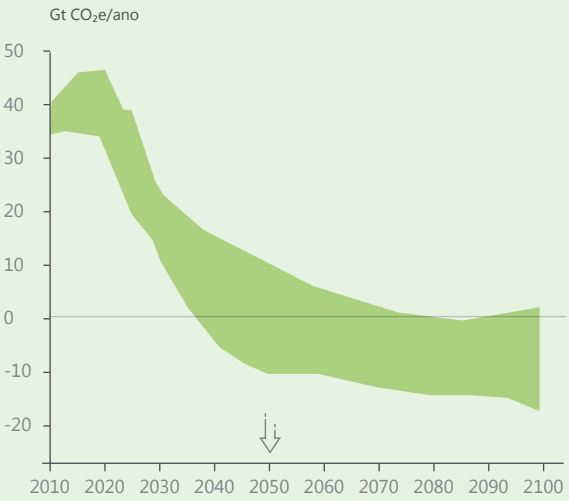
A Maria João Gaspar é uma conceituada especialista em matérias relacionadas com a sustentabilidade das atividades económicas, com ênfase particular nas questões relacionadas com carbono. Ao longo dos anos, a AGROGES tem tido a honra de poder contar com a sua colaboração em diversos Estudos e Projetos sobre fileiras tão diversas como a Vinha e o Vinho, o Olival e o Azeite, a Floresta e a produção de Energia.

Enquanto consultora independente integrada nas Equipas AGROGES, acrescenta valor aos trabalhos que desenvolvemos, com o reconhecimento dos nossos clientes.

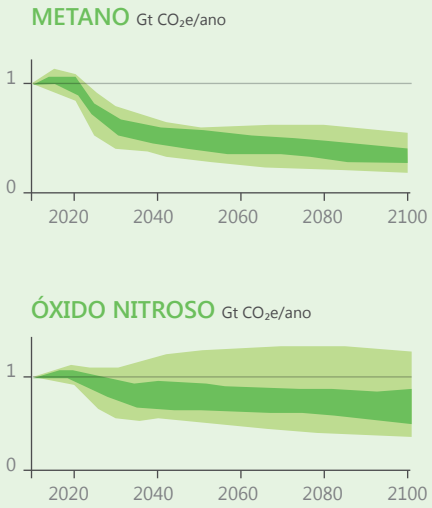
PEGADA DE CARBONO: PORQUÊ?

Limitar o aquecimento global a 1.5ºC obriga a uma rápida redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2030 e à neutralidade carbónica a partir de 2050.

BALANÇO CO_2



OUTROS GASES COM EFEITO DE ESTUFA

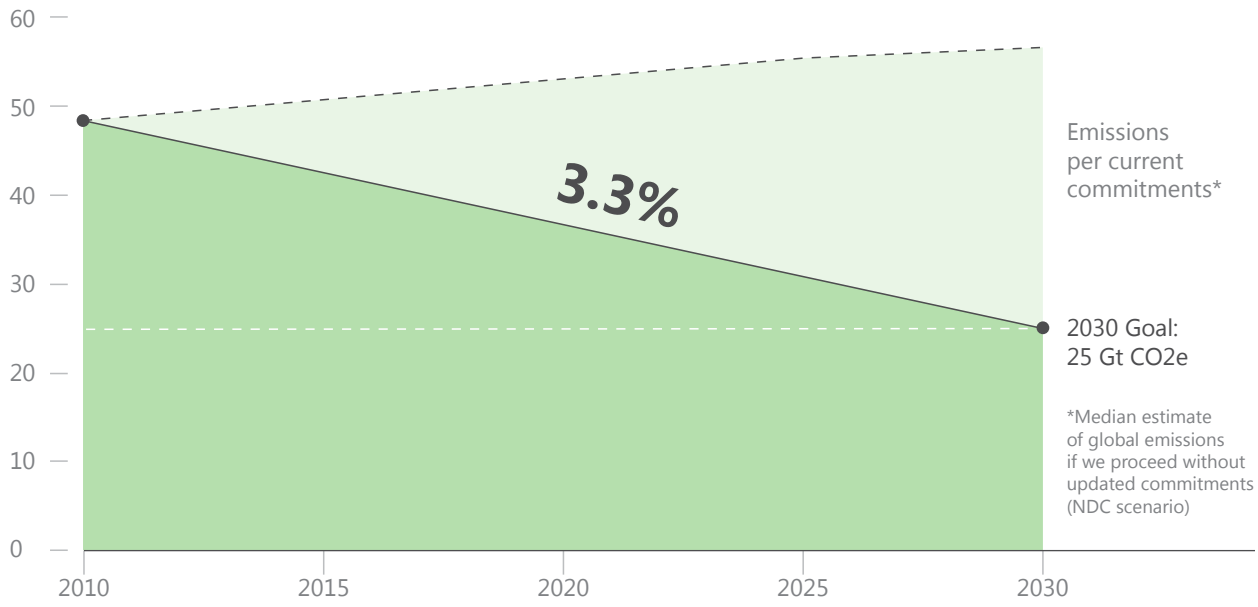


IPCC, 2018. Special Report on Global Warming of 1.5°C

HISTÓRICO E PROJEÇÃO DE EMISSÕES

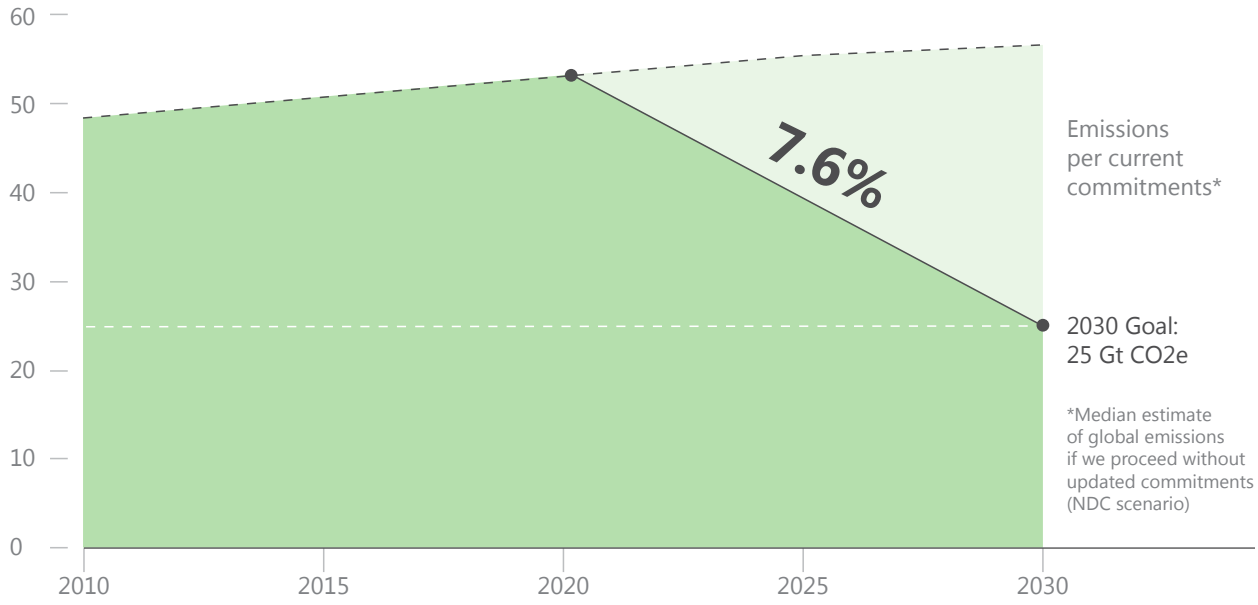
Os dados mais recentes indicam que não estamos na trajetória certa

REDUÇÃO ANUAL NECESSÁRIA EM 2010



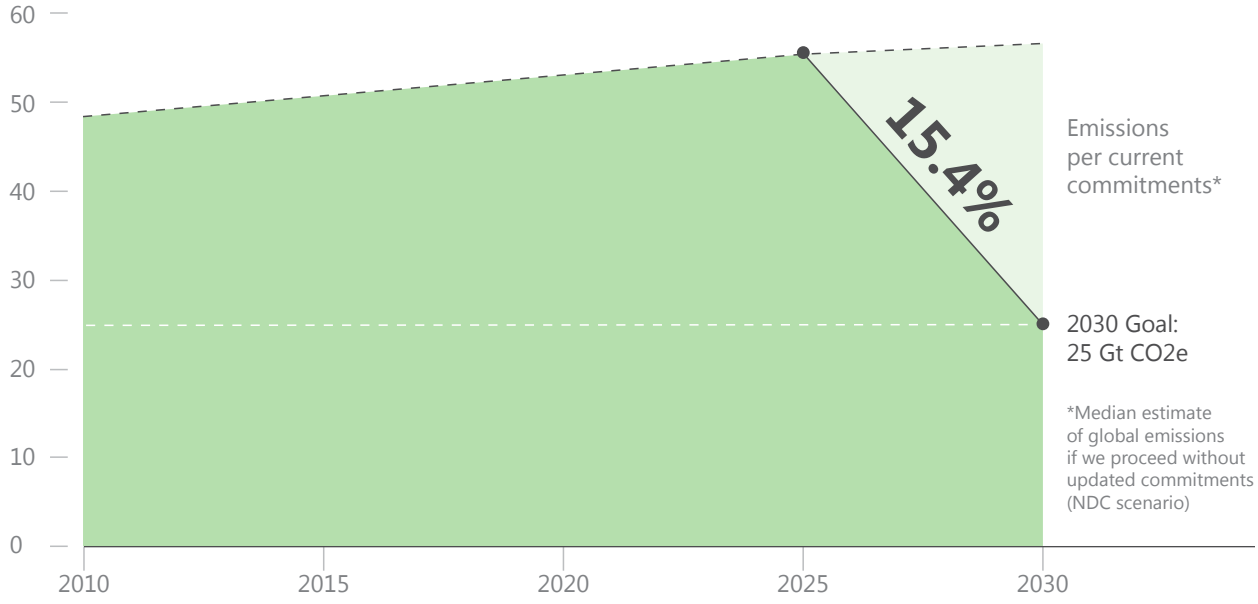
UNEP, 2019. Emissions Gap Report 2019

REDUÇÃO ANUAL NECESSÁRIA HOJE

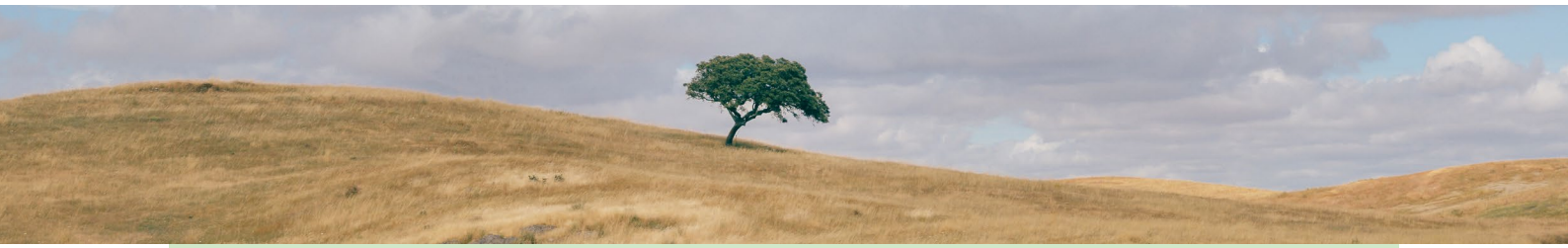


UNEP, 2019. Emissions Gap Report 2019

REDUÇÃO ANUAL NECESSÁRIA EM 2025



UNEP, 2019. Emissions Gap Report 2019



POLÍTICAS EUROPEIAS E NACIONAIS

As políticas públicas assumem metas de redução de emissões progressivamente mais ambiciosas

PACTO ECOLÓGICO EUROPEU

55%

- 55% de redução de emissões de GEE na União Europeia até 2030, em relação a 1990

0

- Neutralidade carbónica até 2050

ESTRATÉGIA EUROPEIA "DO PRADO AO PRATO"

- Metas quantificadas para 2030 (fitofármacos, fertilizantes, antibióticos)
- Redução obrigatória do desperdício alimentar
- Etiquetagem ambiental e social de produtos

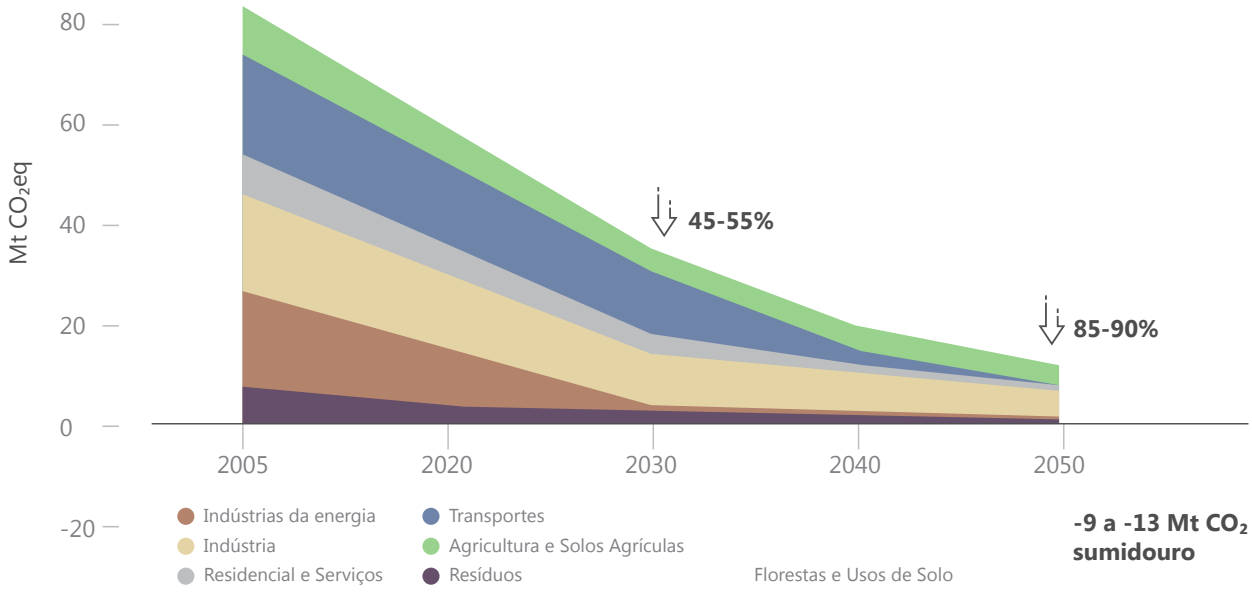
PLANO NACIONAL DE ENERGIA E CLIMA 2021-2030

- Redução de 45% a 55% emissões de GEE em Portugal até 2030, em relação a 2005
- Políticas e medidas para redução de emissões e aumento de capacidade de sumidouro na agricultura e florestas

Comissão Europeia; Governo Português

ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA EM 2050

O RNC2050 identifica trajetórias setoriais para a neutralidade carbónica da economia Portuguesa em 2050

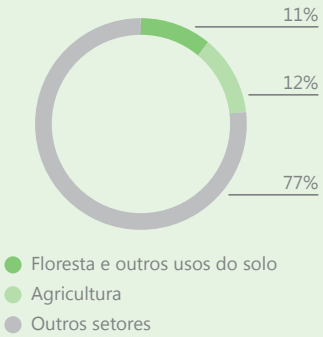


Governo Português, 2019. Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)

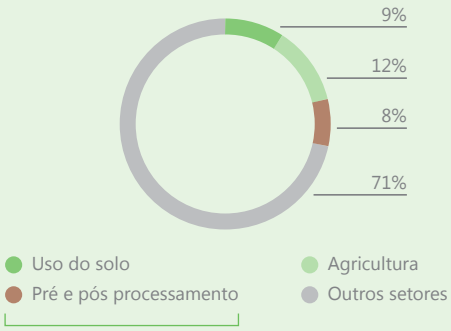
REPARTIÇÃO SETORIAL DE EMISSÕES

O setor alimentar global representa uma fatia relevante das emissões mundiais.

AGRICULTURA, FLORESTAS E OUTROS USOS DO SOLO
(2007-2016)



SISTEMA ALIMENTAR GLOBAL
(2007-2016)



Usos de energia na agricultura, transportes, produção de inputs agrícolas e indústria agro-alimentar.

20% Potencial do sistema alimentar global para a redução de emissões necessária até 2050

IPCC, 2019. Special Report on Climate Change and Land. Summary for Policy Makers.
UNEP 2020. Enhancing Nationally Determined Contributions (NDCs) for Food Systems.

PEGADA DE CARBONO: O QUÊ?

A pegada de carbono pode ser entendida sob duas perspetivas complementares

EXEMPLO: PRODUÇÃO DE VINHO

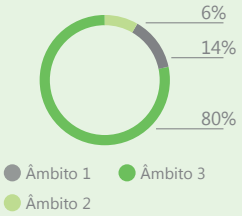
A pegada de carbono da organização contabiliza as emissões diretas e indiretamente associadas à atividade.

CONCHA Y TORO
DESDE 1883

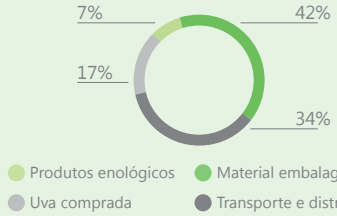
ORGANIZAÇÃO

Atividades a montante [Cadeia fornecimento]	Operação própria	Atividades a jusante [Distribuição e uso de produtos]
Âmbito 3	Âmbito 1 e 2	Âmbito 3

EMISSÕES POR ÂMBITO



REPARTIÇÃO ÂMBITO 3



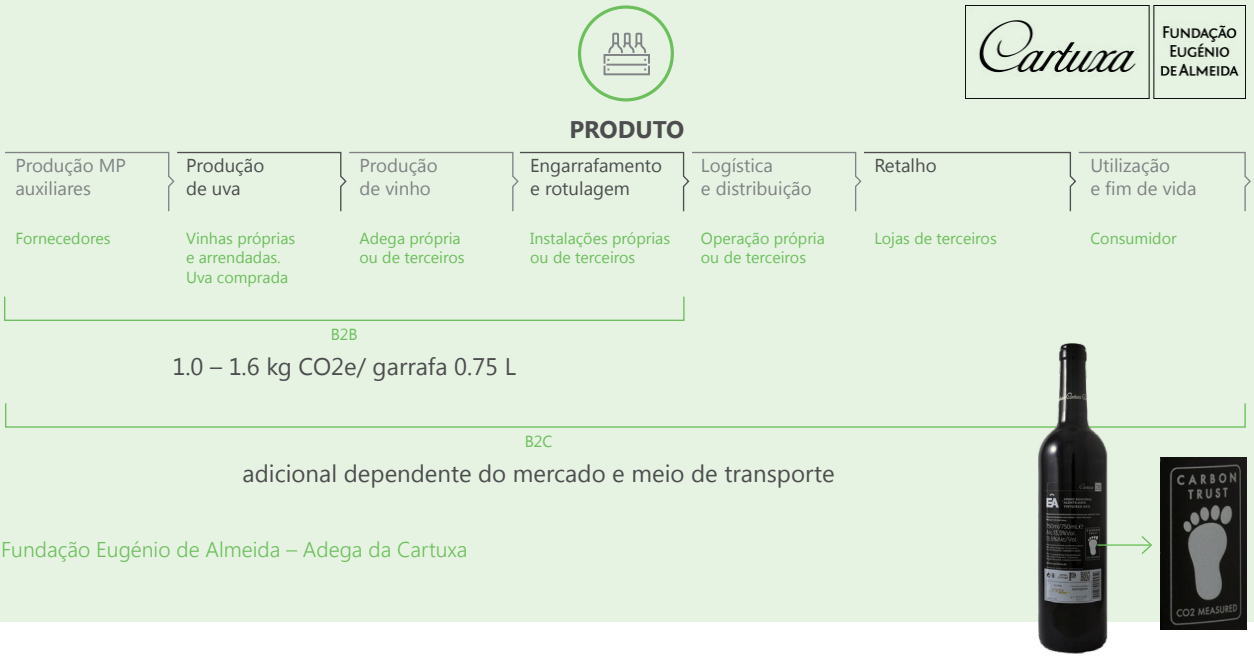
EMISSÕES POR FASE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

20% Viticultura	18% Vinificação	42% Engarrafamento e embalamento	20% Distribuição

Concha Y Toro Sustainability Report 2019, 2018.

EXEMPLO: PRODUÇÃO DE VINHO

A pegada de carbono do produto contabiliza as emissões associadas ao ciclo de vida.



Fundação Eugénio de Almeida – Adega da Cartuxa

PEGADA DE CARBONO: COMO?

As regras definidas pelos diferentes referenciais metodológicos são, no essencial, convergentes.

CONTABILIZAÇÃO DE EMISSÕES

A contabilização recorre a dados da empresa, a dados de terceiros e a informação de referência.

EMISSÃO = DADO DE ATIVIDADE X FATOR DE CONVERSÃO

EXEMPLOS

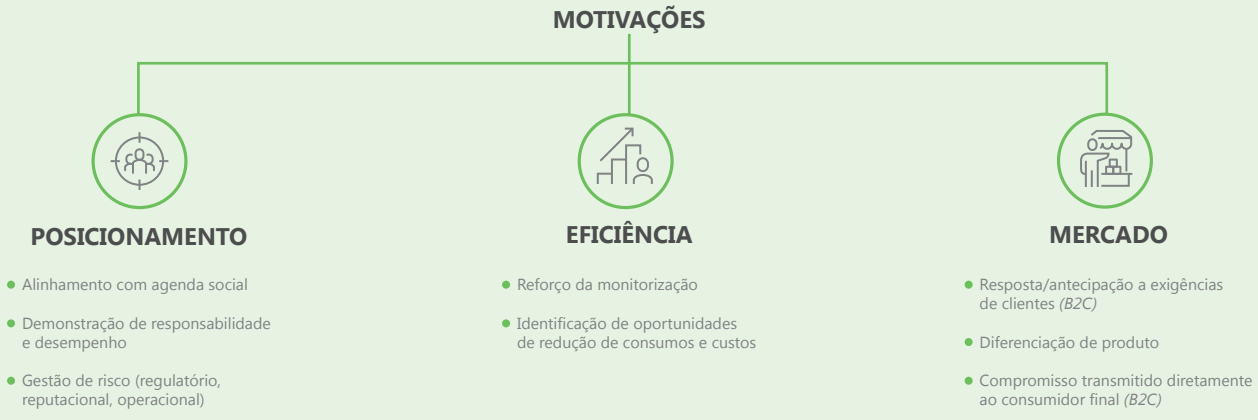
SUPORTES	INFORMAÇÃO
Contas de cultura	• Consumo de fertilizantes e fitofármacos (kg) • Utilização de máquinas e equipamentos (h; ha)
Mapas internos	• Quantidades produzidas (t) • Vendas de produto acabado (t; unidade de comercialização) • Vendas de subprodutos (t) • Consumo de materiais de embalagem (t)
Faturas de fornecedores	• Consumo de eletricidade (kWh) • Consumo de gás (m3) • Consumo de gasóleo (L) • Transporte contratado (km; tipo de veículo) • Deslocações em serviço (#; origem-destino)
Mapas de registo de resíduos	• Resíduos produzidos e destino final (t)
Estatísticas nacionais	• % reciclagem e valorização por tipo de resíduo
Dados de fornecedores – Emissões diretas	• Emissões por unidade de produto vendido (kg CO2e/kg) • Distâncias percorridas para entrega de produtos
Dados de fornecedores – Fatores de emissão específicos	• Fator de emissão do comercializador de eletricidade (g CO2e/kWh)
Bases de dados - Fatores de emissão de referência	• Fatores de emissão médios por atividade (g CO2e/km; g CO2e/GJ; gCO2e/kg)
Rácios de referência	• Consumo de combustível por distância percorrida (L/km) • Consumo de energia por trabalho de máquina (L/h; L/ha; kWh/kg) • Produtividade média (kg/ha)

REMOÇÕES DE CARBONO

A remoção de emissões não é ainda integralmente reconhecida nas metodologias de contabilização e na definição de metas.

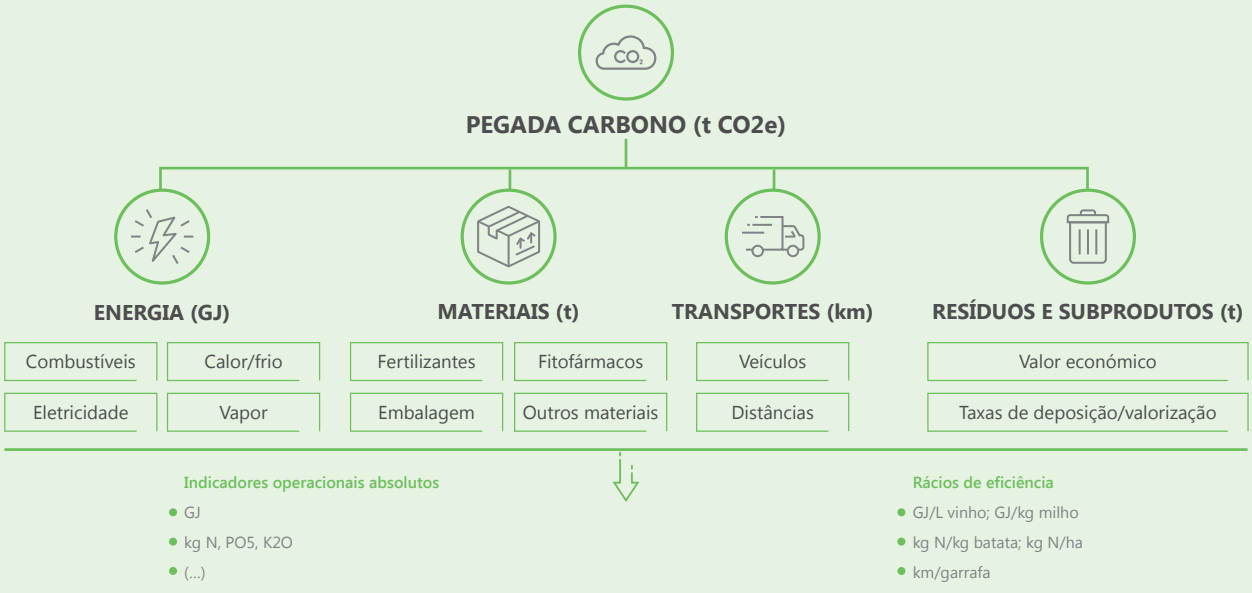
PEGADA DE CARBONO: PARA QUÊ?

A pegada de carbono é um instrumento de eficiência e diferenciação.



UM DENOMINADOR COMUM

A pegada de carbono é uma métrica única que contém as principais métricas de eficiência operacional.



CLIENTES EMPRESARIAIS

A comunicação do desempenho carbónico é já uma exigência de clientes empresariais de grande dimensão.

Distribuição alimentar

SBT

NET ZERO

Walmart	TESCO M&S	METRO	Auchan RETAIL PORTUGAL	Carrefour	Ahold Delhaize	Sainsbury's	Walmart
nov/2016	jun/2017	ago/2019	jan/2020	jun/2020	ago/2020	set/2020	

90% Emissões âmbito 3 no setor de bens de consumo (indústria e retalho)

95% Membros CDP Supply Chain (US$1.9 triliões compras): melhor desempenho carbónico = melhor parceiro de negócio

1 Gt CO2e — Walmart

Projeto Gigaton 2030
- #2300 fornecedores envolvidos
- 0.23 Gt CO2e evitadas

-30% — Carrefour

SBT – âmbito 3
- 20 Mt CO2e evitadas
- #100 maiores fornecedores com objetivos de redução

-15% — Ahold

SBT - âmbito 3
- Apoio à transição de baixo carbono de fornecedores-chave

61 — Jerónimo Martins

Manual Agricultura Sustentável
- 9 áreas, incluindo energia, aplicação produtos
- #61 fornecedores PT

CONSUMIDOR FINAL

Mas os sinais do mercado de clientes finais são ainda incertos.

HLG Brand Pressure Index 2020
- 6.2 milhões tweets
- 3 000 stakeholders

CO_2 Alterações climáticas em 1º lugar entre temas associados a marcas

Oney e da OpinonWay 2020
- PT, ES, FR, HU
- Resultados PT

92% Considera já tomar decisões de consumo sustentável *mas* Preço é critério de compra mais importante

26% Empresas devem apresentar nova oferta sustentável

Wine Intelligence 2019
- > 2 000 consumidores vinho
- USA, CAN, SE, UK

9/10 *Millennials* disponíveis para pagar mais por vinhos sustentáveis

$ 3 Adicional médio de disponibilidade para pagar entre todos os segmentos

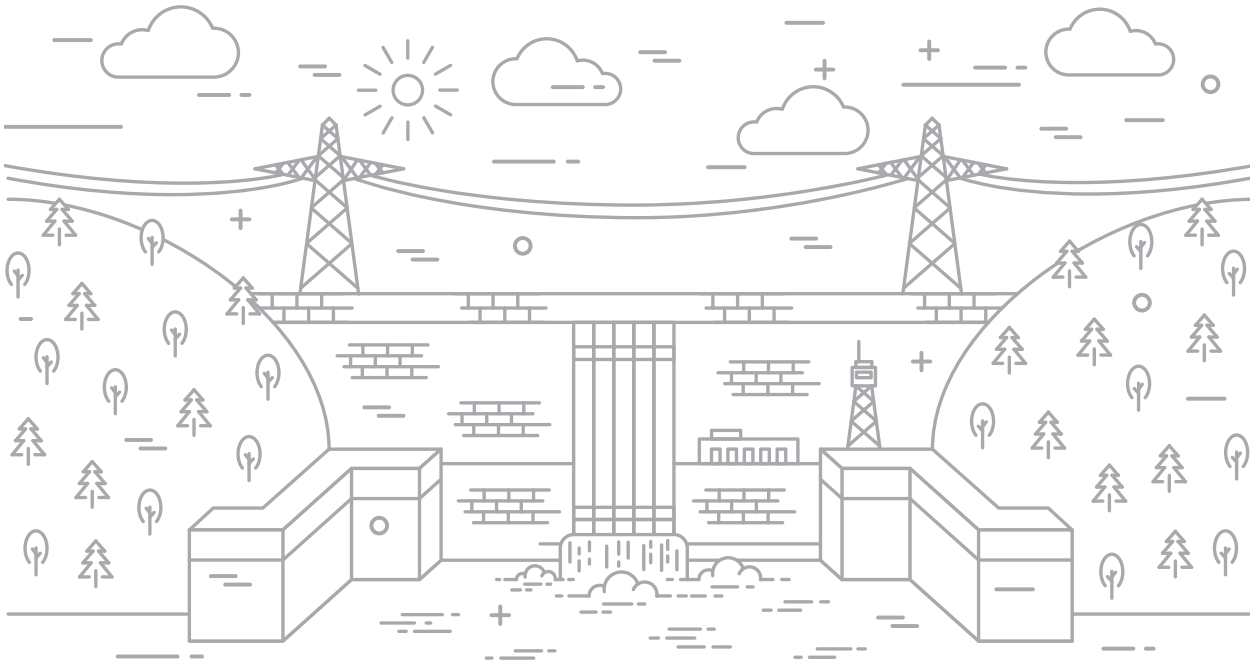
Carbon Trust 2020
- > 10 000 consumidores
- FR, DE, IT, NL, ES, SE, UK, USA

67% Apoia etiquetagem carbónica de produtos

mas

50% Não integra pegada de carbono na decisão de compra

High Lantern Group, Oney, Wine Institute, Carbon Trust



A SUSTENTABILIDADE COMO ARMA DE ARREMESSO

Miguel Vieira Lopes
COLABORADOR TÉCNICO
mvieiralopes@agroges.pt

Li há dias uma notícia da Agência Lusa em que se explicava que, segundo a Associação ZERO, o uso da água de Alqueva estava "muito longe de ser sustentável". O artigo, que pode ser consultado no AGROPORTAL - aqui, passa a descrever um conjunto de falhas à gestão da EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva), mas nunca justifica as afirmações que faz nesse sentido. Alguns exemplos:

1. Diz que não é aceitável que haja uma grande área de regantes fora do perímetro, os chamados regantes precários, mas nem tenta argumentar porquê. Simplesmente o afirma, como se fosse a coisa mais óbvia ou como se qualquer leitor devesse aceitar que assim é só porque sim.
2. Diz que é questionável que as culturas que se vieram a instalar em Alqueva sejam, de facto, menos consumidoras de água que o inicialmente

previsto. Neste caso, uma simples consulta do Anuário de Alqueva mostra as áreas das diversas culturas e como o olival (que utiliza pouca água de rega, relativamente a muitas das outras) acabou por dominar a área até agora regada, portanto a afirmação não se compreende.

3. Diz que não houve um planeamento de base para a utilização agrícola do perímetro, quando isso é falso e o planeamento foi abundante... talvez não tenha sido do tipo de planeamento centralizado como alguns mais gostariam, mas isso é outra conversa. E com essa falta de planeamento justifica o aparecimento das monoculturas, um termo que, tendo entrado recentemente na moda, representa uma ideia demoníaca, sem que ninguém a defina, como veremos adiante. Pior, numa das suas afirmações em realce no artigo diz que o amendoal e o olival modernos são culturas "insustentáveis" – uma afirmação inaceitável, como explicarei adiante.

Estes são apenas alguns exemplos, para dar o mote à discussão que aqui proponho. O meu objetivo, aqui, não é o de criticar este artigo em particular ou a Associação ZERO, mas sim o de fazer ver uma grande preocupação que tenho com a forma como a questão da sustentabilidade é tratada em Portugal.

Esta preocupação vem de dois aspetos principais que noto na discussão em geral: a falta de rigor e conhecimento com que se fazem afirmações sobre a sustentabilidade, e a falta do sentido crítico na forma como a sociedade aborda estas questões e que permite que tudo se diga e tudo se aceite sem contestação.

A meu ver, estes são dois sinais de uma sociedade que não quer saber, que enfia a cabeça na areia, ou que quer que lhe digam o que fazer, assumindo uma postura infantil. E, também a meu ver, não deve ser assim que uma sociedade desenvolvida e educada deve abordar o importante problema da sustentabilidade. Deve, aliás, ser o seu contrário o verificado quando o cidadão comum discutir este assunto. Mas para lá chegarmos, é preciso rigor nas afirmações e sentido crítico de quem as ouve.

Algo que é mau, não deve ser aceite como mau só porque alguém o diz. E mesmo que seja mau, isso tem de ser fundamentado. Quem faz afirmações como as de cima exemplificam, tem de ter uma fundamentação disponível para lhes dar, e essa fundamentação deve ser dada, e exigida por quem lê ou ouve.

O artigo em questão deixou-me algo zangado por este motivo, mas não é fenómeno único. Esta abordagem é comum, e, respondendo aos princípios que defendi acima, passo a apresentar alguns pontos que devem ser considerados na análise de problemas relacionados com a sustentabilidade e que recomendo que todos tenhamos em mente quando pensamos sobre esse tipo de questões.

1. De forma global, a sustentabilidade é vista por vários autores (e aqui refiro-me a autores em publicações *peer-reviewed* e não em opiniões) como um "*WICKED PROBLEM*". Um bom exemplo desta abordagem é dado pelo Professor Christopher Peterson[1], entre muitos outros. Um *wicked problem* é um problema caracterizado por um conjunto de variáveis muitíssimo complexo, o que o torna difícil de formular precisamente, por englobar um conjunto de *stakeholders* muito diverso e com objetivos diferentes, e, por esse motivo, por ser de resolução muito difícil e sem respostas do tipo "Verdadeiro" ou "Falso". É comum dizer-se que são problemas que não podem ser resolvidos, apenas geridos no sentido da melhoria. Parece-me óbvia a racionalidade desta abordagem, e a sua utilidade se quisermos realmente caminhar num sentido positivo quando se trata de questões de sustentabilidade. Quando se pretende trabalhar na resolução de um *wicked problem*, devemos ponderar o maior número possível de variáveis, e ouvir o maior e mais diverso possível número de *stakeholders*, e

[1] Peterson, Christopher H. 2013. Fundamental Principles of Managing Multi-stakeolder Engagement. International Food and Agribusiness Management Review 16(A): 11-21

1. assim teremos a hipótese de caminhar no sentido da resolução desse complicado problema.
2. A afirmação de que algo é *insustentável* é simultaneamente absurda – nenhuma atividade humana é completamente sustentável e a única forma de fazer algo sem impacto é não fazer coisa nenhuma – e enganadora – porque é usada de forma propositadamente pejorativa e politizada. Dizer que o amendoal e o olival intensivos são insustentáveis (leia-se do ponto de vista ambiental, porque economicamente ambas as atividades se têm mostrado muito sustentáveis no nosso país, e socialmente têm promovido um importante aumento do emprego nas suas zonas de expansão que são muito fustigadas pelo despovoamento e pela pobreza), além de desonesto é, tecnicamente, um disparate. Mas vejamos que argumentos são utilizados para defender que estas culturas são pouco sustentáveis (aquilo que deveriam dizer em vez de insustentáveis, mas que tem menos *sound bite*):

a. Que "gastam" muita água – quando a única forma de se gastar a água que se utiliza é estragando-a (perdas de água com adubos que seriam depositadas no solo ou nas reservas de água subterrânea) e estas culturas utilizam sistemas de rega que têm eficiências acima dos 95%, ou seja, a planta utiliza quase tudo;

b. Que destroem a biodiversidade – quando um estudo recente do INIAV concluiu que há populações muito elevadas de pássaros nos olivais em sebe, o que aumenta o risco de matar muitos pássaros durante colheita noturna e levando ao fim desta prática;

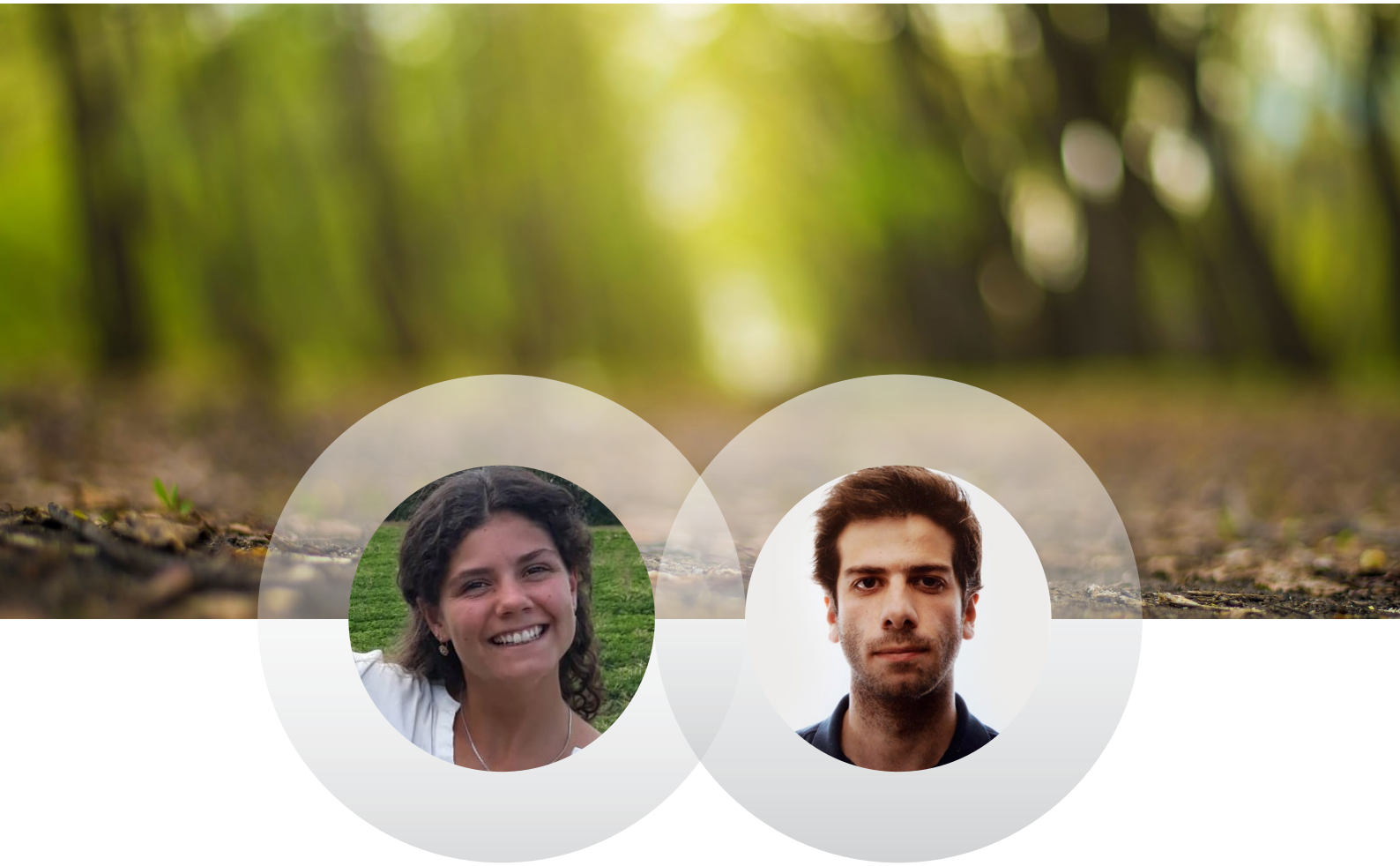
c. Que são monoculturas – quando esse termo, utilizado hoje como uma palavra pejorativa, um bicho papão, tem um conceito bastante lato e flexível associado. Querem com isto dizer, culturas com áreas muito grandes e contínuas no território, mas e se isso, por si só, tivesse mal, o que dizer dos cerca de um milhão de hectares de montado que temos em Portugal! O olival ocupava, em 2019, cerca de 66 mil hectares em Alqueva e o amendoal de 11.400 hectares. Isto num perímetro de rega que rega atualmente 110.000 ha, e numa região agrária, o Alentejo, com uma superfície de cerca de 3 milhões de hectares.

Como vemos, a sustentabilidade já é, por si, um problema complexo, e que só pode ter a sua solução dificultada quando é usada como arma de arremesso. Vamos lá, então, fazer um esforço, enquanto sociedade madura e inteligente, para a abordar com conhecimento e sentido crítico!

REFORÇOS DE INVERNO NA EQUIPA AGROGES

NESTE MÊS DE OUTUBRO, A EQUIPA AGROGES GANHA DOIS REFORÇOS: A LUÍSA DA CUNHA REIS E O DINIS FARINHA MARQUES.

Entusiasmo e expetativa são os sentimentos que nos marcam, sempre que a Equipa da AGROGES se reforça. Entusiasmo por termos connosco gente nova, de formação diferente, que partilha os nossos valores e que nos vai, certamente, colocar novos desafios enquanto Equipa. Expetativa, porque de cada vez que tal acontece, sabemos que estamos a colocar mais uma peça no futuro da AGROGES.
Caros amigos, em discurso na primeira pessoa, a Luísa e o Dinis.



LUÍSA DA CUNHA REIS
lcreis@agroges.pt

DINIS FARINHA MARQUES
dmarques@agroges.pt

LUÍSA DA CUNHA REIS
lcreis@agroges.pt

A MINHA FORMAÇÃO E AS MINHAS PREFERÊNCIAS PROFISSIONAIS

Sou licenciada e fiz o Mestrado em Engenharia Agronómica, no Instituto Superior de Agronomia (ISA). Nestes últimos dois anos, realizei dois estágios em Organizações de Produtores de Hortícolas e Citrinos: a Torriba S.A e a Frusoal - Frutas do Sotavento do Algarve Lda. Estas duas experiências foram fundamentais para perceber melhor como o campo funciona e quais os principais desafios com que lidamos. Do meu percurso académico, fortalecido com estas duas experiências recentes, as culturas hortícolas e frutícolas atraem particularmente o meu interesse. Para além destas, tudo o que é novidade me fascina, pelo que as diversas culturas emergentes estão entre as minhas preferências.

PORQUÊ A AGROGES?

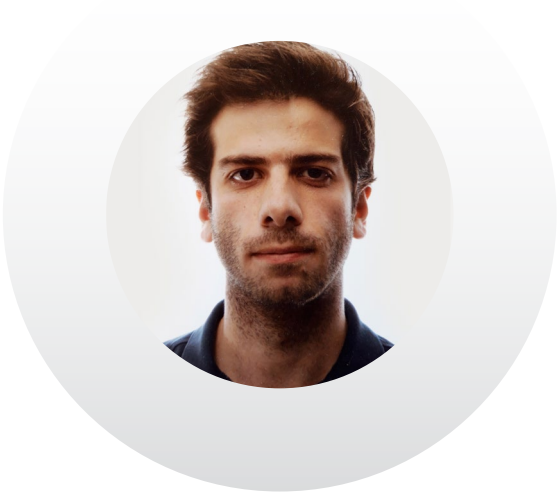
Ao longo do meu percurso no ISA, a Agroges foi, desde o início, uma empresa com muita presença na Universidade e sempre muito bem referenciada. É uma empresa com muita importância e história no sector, e está ligada a inúmeros projetos desafiantes e inovadores, tanto na floresta como na agricultura ou nas indústrias de base agrícola e florestal. Não poderia haver melhor desafio para iniciar a minha vida profissional!

COMO ME DEFINO ENQUANTO PESSOA

Sou uma pessoa que tem imenso gosto em aprender, sou bastante proactiva e acredito muito no trabalho em equipa. Tenho um 'quê' de perfeccionismo, apesar de ser bastante prática!

OUTRAS COISAS QUE FALAM SOBRE MIM

Tenho um gosto especial em fazer caminhadas e montanhismo: atingir o cume de uma montanha é espetacular. A arte desperta-me muito interesse e nos tempos livres gosto de desenhar.



DINIS FARINHA MARQUES
dmarques@agroges.pt

A MINHA FORMAÇÃO E AS MINHAS PREFERÊNCIAS PROFISSIONAIS

Sou licenciado em Biologia, pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (2015), e Mestre em Economia e Gestão do Ambiente (especialização em Energia), pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (2018).
Tenho particular interesse pelas áreas do ambiente e da sustentabilidade, pelas questões da energia e das commodities "naturais" (setor agroflorestal). Sinto-me muito à vontade na utilização de metodologias de análise económica e de negócio, consultoria e gestão de projetos. A minha curta experiência profissional ensinou-me a valorizar as abordagens holísticas aos problemas.

PORQUÊ A AGROGES?

A Agroges é uma referência nacional (e internacional), pelo profissionalismo, exigência e dedicação demonstrados em todas as suas atividades. A responsabilização pessoal, aliada a um constante trabalho em equipa, e sobretudo a relação de confiança entre a Agroges e os seus clientes, faz deste novo desafio uma experiência certamente enriquecedora para mim.

COMO ME DEFINO ENQUANTO PESSOA

Sou um homem do Norte. Considero-me uma pessoa exigente e dedicada, que gosta de estar constantemente a aprender e adquirir novas capacidades.
Penso que a dimensão social, o relacionamento com os outros, é talvez o que me define melhor. Para mim é fundamental estabelecer contactos, tanto na vida pessoal como na vida profissional, pois só assim conseguimos continuar o nosso desenvolvimento pessoal.

OUTRAS COISAS QUE FALAM SOBRE MIM

Acho que, no geral, as pessoas têm boas coisas a dizer sobre mim. Como disse anteriormente, a dedicação e o rigor, assim como a vontade de aprender, produzir e criar boas relações são recordadas pelos outros, aqueles com quem me tenho relacionado.

EPISÓDIO 11

SETOR AGRÍCOLA:
IMPACTO E RESPONSABILIDADE NA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE

O EPISÓDIO 11 DE "A TERRA E OS HOMENS" DEBRUÇA-SE SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS RELACIONADOS COM A AGRICULTURA. SENDO QUE, À DATA, ESTA ERA UMA QUESTÃO QUE GANHAVA CRESCENTE PROTAGONISMO NOS DEBATES PÚBLICOS.

A consciência ambiental e os movimentos de opinião ligados à defesa e preservação do ambiente, desenvolveram-se sobretudo no decurso dos anos 60 como reação à crescente industrialização e deterioração do quadro de vida das populações urbanas.

De acordo com uma evolução natural, os movimentos ecológicos alargaram, abrangendo posteriormente as suas preocupações à proteção das espécies e dos espaços naturais. Assistiu-se à crescente modernização do mundo, iniciada com o fim da guerra, e assente essencialmente sobre a mecanização, a especialização e o recurso crescente a fatores de produção.

Contudo, esta crescente sensibilidade ecológica e simultânea mutação do mundo agrícola, conduziu a um antagonismo crescente e a uma clivagem, por vezes qualificada como excessiva, entre as várias correntes políticas. Os grandes debates centravam-se na qualidade da água e na exploração intensiva animal e vegetal.

Em entrevista, António Sevinate Pinto, Rhône – Poulenc Agro, aborda a perceção da opinião pública europeia acerca da modernização e desenvolvimento da agricultura no âmbito dos desequilíbrios ambientais, o impacto da agricultura intensiva e extensiva no ambiente, e as políticas a serem tomadas para o futuro da preservação ambiental e da atividade agrícola.

Este episódio conta ainda com o testemunho de Graça Saraiva, do Instituto Superior de Agronomia que disserta sobre o que há ainda por fazer quanto à conservação da natureza neste setor. Elizabeth Duarte, do Instituto Superior de Agronomia reflete acerca dos problemas da poluição química da água, e o comentário da semana ficou a cargo do Professor Universitário Francisco Avillez.

AGRO.GES
estudos e projetos

Acompanhe-nos
Pode subscrever
a nossa newsletter aqui

AGRO.GES online

Morada
Av. da República, 412
2750-475 CASCAIS
PORTUGAL